

BC aponta causas da evasão de divisas

OLGA CURADO

As incertezas das regras econômicas, a falta de unidade do governo, especialmente na adoção de conceitos — como o de reserva de mercado — e a não-coesão entre os formuladores da política econômica e os escalões inferiores que manipulam os mecanismos de aplicação são as razões apontadas pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, para justificar a evasão de divisas e o baixo nível de ingresso de capital externo no País, este ano. As grandes dúvidas dos empresários estrangeiros, segundo informa, se referem à multiplicidade de órgãos do governo que se juntam para a formulação de normas para o setor econômico. Ele citou, por exemplo, o CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), a SEI (Secretaria Especial de Informática), o IN-PI (Instituto de Política Industrial), que, entre outros, invocam poderes de definição das regras do jogo às vezes incoerentes com o discurso dos ministros de Estado e do próprio presidente da República.

"O governo federal faz profissão de fé no capital estrangeiro, mas, na prática, uma série de dificuldades surge e não se sabe qual será a postura futura em relação a este mesmo capital", diz Carlos Freitas, referindo-se às constantes queixas que nas últimas semanas tem ouvido de empresários estrangeiros.

A decisão de trazer para o Brasil mais investimentos, segundo ele, se limita, na percepção destes investidores, nas poucas margens de lucro que teriam. Ele observou que em 1983, com a recessão econômica, era natural que houvesse timidez de ingresso de capital. Em 1984 havia uma pequena recuperação e isto também se manifestou com ingresso de novos recursos. 1985 não foi recessivo e 1986 muito menos mas, mesmo assim, não se verificou a entrada destes investimentos. De acordo com as projeções do Banco Central, terão sido "desinvestidos" este ano, no Brasil, cerca de US\$ 500 milhões, sendo que o líquido de novos investimentos foi de menos US\$ 130 milhões, quando, no ano passado, o saldo foi positivo em US\$ 222 milhões.

Um dos argumentos mais frequentes entre os empresários estrangeiros e que tem sido levado às autoridades financeiras, segundo Carlos Eduardo de Freitas, "é a extrapolação do conceito de reserva de mercado para informática, em outros setores. Eles dizem que têm outras alternativas de investimentos fora do Brasil, aqui mesmo no continente. O meio ecológico econômico não é favorável para novos investimentos".

De qualquer maneira, ele disse que tem procurado saber o que pensam estes investidores estrangeiros sem, entretanto, procurar persuadi-los a colocar capital no Brasil. No entendimento de Carlos de Freitas isto só será possível se o governo tomar providências para unificar seu discurso e sua prática econômica. Ele informou que o ministro do Planejamento, João Sayad, de posse deste mesmo diagnóstico, convocou recentemente reunião com integrantes dos vários setores do governo para discutir uma fórmula capaz de dar mais unidade ao setor.

Ele reitera, porém, que o principal inibidor para o ingresso de capital externo é a reserva de mercado "que intimida outros setores e aí — continuou — eu me pergunto por que o desinteresse? e respondo: a geração de lucros dos investimentos já realizados é suficiente para eles que tiveram um overshooting na década de 70 e estão sobrevivendo bem com estes lucros. Além disso — prosseguiu — pensaram que haveria a conversão das dívidas em investimentos, mesmo com concessão de crédito, e não reinvestiram".

Freitas recomendou: "Para melhorar a situação, nada de acoadamento. Devemos procurar melhor estreitamento nos contatos entre governo e empresários estrangeiros para que se tenha uma percepção em fatos reais e se desfça a desconfiança geral, além de ser realmente necessária a reunião dos órgãos do setor para se ter um posicionamento de governo.

"Há um contágio entre as empre-



17/10/86 - Arnaldo Fiaschi
Freitas: falta de unidade

Central temos dever de casa para fazer", disse.

A partir do clareamento das regras, da coordenação dentro do próprio governo, o diretor de Área Externa do Banco Central acredita que no próximo ano haveria melhor desempenho deste setor. "Em 1986 houve uma repatriação muito grande de capital, mas, de acordo com nossas projeções em 87 poderá haver a acomodação em consequência da definição das empresas americanas (que representam 31% do total de investimentos estrangeiros no País e fizeram uma retirada de 71% do seu capital) que já terão sido beneficiadas pela lei fiscal aprovada, este ano, nos Estados Unidos. Espera-se, no próximo ano, balancear-se a entrada com a saída de capitais."

BALANÇA COMERCIAL

Quem já comprou os importados das festas de fim de ano fez bem. Quem está deixando para a última hora corre o risco de nada encontrar nas prateleiras dos supermercados que apenas têm à sua disposição o estoque já feito, porque o governo, na última semana, suspendeu todas as importações de castanhas, bebidas e outros gêneros considerados supérfluos pela Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil).

Esta decisão faz parte da política de ajustes do governo na tentativa de reequilibrar a balança comercial, porque, segundo o diretor de Área Externa do Banco Central, é necessária a racionalização das importações.

"Eu prefiro rabanadas a avelãs", disse, observando ainda que não fariam ovos para fazer as rabanadas se os produtores nacionais, ao invés de importar, optassem pela produção nacional de ovo.

De qualquer maneira, mesmo com a preocupação no desempenho da balança comercial, que, para que tenha seu quadro definido nos próximos seis meses, depende de providências a serem tomadas desde já, o diretor de Área Externa do BC não espera para 1987 superávit acima de Cz\$ 5 bilhões (este ano a projeção é em torno de Cz\$ 10 bilhões). No entender de Freitas, este volume é compatível com um desenvolvimento econômico no País da ordem de 6% o que é esperado para o próximo ano.

Há preocupação em provocar reação das exportações e se prevê a reabertura dos créditos de financiamento para bens de capital. Na opinião dele, contudo, uma máxima valorização de 30% da moeda nacional em relação ao dólar "é loucura". Da mesma forma que ele é contra a centralização do câmbio, ele espera que as medidas tributárias adotadas pelo governo deem resultados para a caixa, a partir de março: "É preciso esperar".

(Brasília Ag. Estado)